



LEI MUNICIPAL 6.483, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art.1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 66 da Lei Orgânica Municipal e art. 165, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, compreendendo:

I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II – a organização e estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;

IV – as disposições sobre alterações na legislação tributária do município; e

V – as disposições gerais.

Parágrafo Único. Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art.2º As metas e prioridades para o exercício de 2015, estão discriminadas no Anexo de Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal desta lei, em consonância com o Plano Plurianual para o período de 2014-2017, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas de resultado estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa fixada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º As metas e prioridades para o exercício de 2015, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são as constantes no Anexo de Metas e Prioridades, as quais terão precedência na alocação dos recursos



Município de Criciúma
Poder Executivo

no Projeto e na Lei Orçamentária de 2015 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

CAPÍTULO II
Da Organização e Estrutura dos Orçamentos

Art.3º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias e será elaborado levando-se em conta as suas estruturas organizacionais.

Art.4º A Lei Orçamentária Anual discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesa.

Parágrafo único. Serão rejeitados pela Comissão de Fiscalização, Controle e Orçamento e perderão o direito a destaque em plenário, as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária que:

I – contrariarem o estabelecido na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e os detalhamentos descritos no Plano Plurianual e nesta lei;

II – no somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou atividade em valor superior a 30%;

III – não apresentarem objetivos e metas compatíveis com o orçamento da unidade, com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte de recursos;

IV – anularem, mesmo que parcialmente, o valor das dotações orçamentárias provenientes de:

- a) recursos destinados a pessoal e encargos sociais;
- b) recursos para o atendimento de serviços e amortização da dívida;
- c) recursos para o pagamento de precatórios judiciais;
- d) recursos vinculados;
- e) recursos destinados a educação e saúde.

V – a emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto na Lei Orçamentária.

Art. 5º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal e a respectiva Lei serão constituídos de:

I – texto da lei;



Município de Criciúma
Poder Executivo

II – anexos discriminando a receita e a despesa em forma definida na Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e legislação pertinente.

III – memória de cálculo da reserva de contingência, pelo Anexo de Riscos Fiscais;

IV – anexo de metas físicas e de prioridades da administração.

V – orçamento de investimento das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, em concordância ao art. 165, § 5º, II da Constituição Federal.

Art.6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – **programa**, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – **atividade**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – **projeto**, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV – **operação especial**, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, unicamente para especificar sua localização física integral ou parcial, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e dos produtos e unidades de medida, estabelecidos para o respectivo título.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei, serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos.

CAPÍTULO III



Das Diretrizes para Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas Alterações

Art.7º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2015 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência na gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas informações relativas a cada uma dessas etapas e será elaborado até o nível de modalidade de aplicação.

Parágrafo único . Serão divulgados na internet, ao menos:

I – A Lei do Plano Plurianual;

II – A Lei de Diretrizes Orçamentária;

III – A Lei Orçamentária Anual em versão simplificada;

IV – O demonstrativo e as prováveis revisões no decorrer do exercício, dos arts. 8º e 13, da Lei Complementar Federal 101, de 4 de maio de 2000.

Art.8º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2015, deverão levar em conta a obtenção de superávit primário conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais e no orçamento.

§ 1º Durante a execução do orçamento mencionado no *caput* deste artigo, poderá haver compensação de eventual frustração nas Metas Fiscais previstas nesta lei, através de revisões bimestrais e ou quadrimestrais, sendo respeitado o princípio da publicidade.

§ 2º O Município repassará os recursos referentes ao disposto no art. 29-A, inciso II, até o dia 20 de cada mês e será na ordem de 5,00%.

Art.9º O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de Projetos de Lei específicos e da proposta de alteração e adaptação do Plano Plurianual.

Art.10. A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, apontadas no Plano Plurianual.

§ 1º Observadas as vedações contidas no art. 167 da Constituição Federal, fica facultada a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade das unidades descentralizadoras.

§ 2º Desde que acompanhado pelos órgãos de controladoria e contabilidade, os empenhos poderão ser descentralizados para as unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários e adicionais aprovados na Lei Orçamentária Anual.



Município de Criciúma
Poder Executivo

Art.11. Por ato próprio, poderá o Chefe do Poder Executivo e o Chefe do Poder Legislativo transpor de um nível de modalidade de despesa para outro, os seus saldos orçamentários ou não, dentro de cada projeto e atividade ou operações especiais, nos limites fixados de cada dotação orçamentária.

Art.12. A lei orçamentária e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos, se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas.

Parágrafo único. Para o disposto do art. 45, da Lei Complementar Federal nº 101 de 4 de maio de 2000, somente se incluirão novos projetos, após serem atendidos no mínimo trinta por cento do valor original do projeto, para os em andamento e as de conservação do patrimônio público.

Art.13 Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - pagamento, a qualquer título, a funcionário em geral da Administração Direta e Indireta, por serviços de qualquer natureza, inclusive custeada com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, ressalvadas as situações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal.

Art.14. É vedada a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais e auxílios, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, observando ainda:

I - previsão, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio;

III - prestação de contas com a devida documentação, conforme solicitações do Departamento de Controle Interno e do Setor Contábil do Poder Executivo;

IV - as prestações de contas de recursos antecipados, atendidas legislações específicas, obedecerão aos dispositivos da Instrução Normativa N. TC-014/2012 e alterações, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.



Município de Criciúma
Poder Executivo

Art.15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município.

§ 1º Passivos Contingentes, que são as possibilidades de ocorrência do evento gerador da obrigação, sem que possa atribuir, na maioria dos casos, probabilidades para esses eventos.

§ 2º Outros Riscos Fiscais e Eventos Fiscais Imprevistos, que são eventos intempestivos e imprevisíveis para probabilidades orçamentárias, descontroles inflacionários e ou econômico, dotações que se tornarem insuficientes, prováveis créditos especiais e convênios não previstos em orçamento.

§ 3º Caso os Riscos Fiscais ocorram, serão utilizados os recursos orçamentários disponíveis na Reserva de Contingência para cobrir a deficiência orçamentária, através de créditos adicionais suplementares e especiais.

§ 4º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados em outros projetos e atividades.

Art.16. A proposta orçamentária conterà reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e da seguridade social, destinado a atender ao disposto no artigo anterior.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência também servirão para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes ou créditos especiais, conforme disposto na portaria MPO nº 42/99 art. 5º, portaria da STN nº 163/01 art. 8º, e de acordo com o § 3º do art. 15 desta Lei.

§ 2º Os Recursos da Reserva de Contingência disponíveis para passivos contingentes, caso estes não se concretizem até a primeira quinzena de novembro, poderão ser utilizados por ato do Poder Executivo, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornarem insuficientes ou créditos especiais.

§ 3º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados em outros projetos e atividades.

§ 4º Os recursos da reserva de contingência serão fixados em percentual, utilizando-se como base a Receita Corrente Líquida do Município do segundo bimestre de 2014.

Art.17. Os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º Acompanharão os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e



Município de Criciúma Poder Executivo

que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.

§ 2º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos de que trata o § 1º deste artigo conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício.

Art.18. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações da estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título desde que existam cargos vagos a preencher, houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa, observado os limites dos gastos com pessoal, disposto nos art. 19 e 20, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º Não se aplica, os dispostos nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, quando se tratar de revisão anual da remuneração de pessoal de que trata o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, a ajustar o percentual da Contribuição Patronal do município para o CRICIÚMAPREV, no intuito de manter positivo o calculo atuarial do instituto previdenciário municipal.

Art.19. Não se aplica o disposto no § 1º do art. 18, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, independentemente da legalidade ou validade dos contratos, para os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente;

III - sejam terceirização de serviços ou outros com fornecimento de material, equipamentos ou outros produtos de propriedade do contratado ou de terceiros.

CAPÍTULO IV **Das Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária**

Art.20. A concessão ou ampliação e incentivos ou benefícios de natureza tributária será de acordo com a Lei Municipal nº 4.955/06, sempre atendendo as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.



Município de Criciúma
Poder Executivo

Parágrafo único. Aplicam-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput* deste artigo, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art.21. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de Projeto de Lei em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo único. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei orçamentária anual:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II - será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

Art.22. Os tributos lançados e não arrecadados inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo em renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os incentivos para pagamento em cota única, ou com redução do número de parcelas, bem como redução de juros e multas para recolhimento de Dívida Ativa, por período fixado em Lei específica, não se constituem em renúncia de Receita.

CAPÍTULO V
Das Disposições Gerais

Art.23. A atualização, correção monetária, das Receitas Tributárias para o exercício de 2015, será promovida através de Projeto de Lei a ser encaminhado até o final do exercício de 2014 pelo chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo.

Art. 24. Caso seja necessário limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a Meta de Resultado Primário, nos termos do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e o previsto no Anexo de Metas Fiscais desta lei, será fixado percentual de limitação para as “dotações”, “projetos”, “atividades” e “operações especiais” por ato do Poder Executivo, calculada de forma que limitará o Orçamento para o empenhamento, conforme critérios a ser estabelecido pelo Controle Interno e do Conselho Superior de Gestão.

§ 1º Exclui-se do disposto no *caput* deste artigo, as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.



Município de Criciúma
Poder Executivo

§ 2º Caso os Órgãos, Poderes, Entidades, Fundos, Fundações e Autarquias não respeitarem as metas a serem atingidas ou mesmo não efetuarem a limitação do empenho, fica o chefe do Poder Executivo autorizado por ato próprio, a efetuar limitação nas transferências a que o respectivo tiver direito.

§ 3º As referidas limitações podem ser liberadas à medida que os Órgãos, Poderes, Entidades, Fundos, Fundações e Autarquias forem solicitando suas liberações, conforme necessidade expressa, e após estudos financeiros de que as Metas estabelecidas nesta Lei serão cumpridas ou revistas, poderá voltar ao empenhamento normal.

Art.25. Entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do art. 16 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, aquelas cujo valor no exercício não ultrapasse, para bens, materiais, obras e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art.26. Para efeito do disposto no art. 42, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - no caso de despesas vinculadas a convênios, considera-se como compromissos apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art.27. O Poder Executivo municipal deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2015, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas ao cumprimento da Meta de Resultado Primário estabelecido nesta Lei.

Parágrafo único. O ato referido no *caput* e os que modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita e por fonte de recursos;

II - meta anual para o resultado primário do orçamento;

III - demonstrativo de que a programação atende a essas metas.

Art.28. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 1º A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeiro e patrimonial de acordo com legislação vigente.



Município de Criciúma
Poder Executivo

§ 2º A Controladoria Interna desenvolverá suas atividades, observando o cumprimento das legalidades dos atos e fatos da municipalidade, visando a economicidade e regular aplicação dos recursos públicos devendo, analisar, auditar, acompanhar e opinar junto a comissões, funcionários, conselho superior de gestão, secretários, prefeito e vice-prefeito, estendendo-se estas atividades inclusive as Fundações, Autarquias, Empresas de Economia Mista, Empresas Públicas e concessões administradas pelo Município.

Art.29. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivado por ato próprio do Executivo.

Art.30. O Município está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal, Estaduais e Municipais, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, inclusive formar consórcios intermunicipais para: armazenagem e controle do lixo municipal, e para a manutenção do Hospital Santa Catarina.

Art.31. A estrutura organizacional da Prefeitura, dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais, mediante lei autorizativa específica, será adaptada à necessidade funcional e à legislação pertinente em vigor, podendo ser suprimidos, renomeados e criados novos setores, departamentos e secretarias.

Art.32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.33. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Marcos Rovaris, 00 de julho de 2014.

MARCIO BURIGO
Prefeito Municipal



Município de Criciúma
Poder Executivo



Tabela 1 – Metas Anuais

MUNICIPIO DE CRICIÚMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO I
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS / Consolidado
(LRF, Artigo 4º, § 1º)

Exercício de 2015

Valores em R\$ 1.000,00

| Discriminação | PLO 2015 | % PIB Municipal | PLO 2016 Corrente | PLO 2016 Constante | % PIB Municipal | PLO 2017 Corrente | PLO 2017 Constante | % PIB Municipal |
|-------------------------------|----------|-----------------|-------------------|--------------------|-----------------|-------------------|--------------------|-----------------|
| | Valor | % | Valor | Valor | % | Valor | Valor | % |
| I RECEITA TOTAL | 950.000 | 23,90 | 998.000 | 950.000 | 23,92 | 1.048.000 | 950.000 | 23,92 |
| II RECEITA NÃO FINANCEIRA (-) | (46.276) | -1,16 | (48.590) | (46.276) | -1,11 | (51.020) | (46.276) | -1,16 |
| III RECEITA LIQUIDA (I-II) | 903.724 | 22,74 | 949.410 | 903.724 | 22,81 | 996.980 | 903.724 | 22,76 |
| IV DESPESA GERAL | 950.000 | 23,90 | 998.000 | 950.000 | 23,92 | 1.048.000 | 950.000 | 23,92 |
| V DESPESA NÃO FINANCEIRA (-) | (17.000) | -0,42 | (17.850) | (17.000) | -0,43 | (18.742) | (17.000) | -0,43 |
| VI DESPESA LIQUIDA (IV-V) | 933.000 | 23,48 | 980.150 | 933.000 | 23,49 | 1.029.258 | 933.000 | 23,49 |
| VII RESULT PRIMARIO (III-VI) | (29.276) | -0,74 | (30.740) | (29.276) | -0,68 | (32.278) | (29.276) | -0,73 |
| VIII RESULTADO NOMINAL | (12.000) | -0,30 | (12.600) | (12.000) | -0,28 | (13.230) | (12.000) | -0,30 |
| IX DÍVIDA LÍQ. MUNICIPAL | 20.000 | 0,50 | 21.000 | 20.000 | 0,50 | 22.050 | 20.000 | 0,50 |

Fonte: Setor Contábil

CRITÉRIOS PARA PROJEÇÃO DA RECEITA, DESPESA E DÍVIDA PÚBLICA:

- 1 - Para as Receitas e Despesas, foram considerados a inflação do período, de 5,55% para 2015, 5,05% para 2016 e 5,01 para 2017.
- 2 - Para o PIB Municipal, foi considerado o PIB de 2012-IBGE como ano base, e para os anos de 2014, 2015, 2016 e 2017 a inflação do período.
- 3 - Para os valores constantes, foi considerado inflação do item primeiro (1).
- 4 - Foi considerado para a Dívida Líquida Municipal as amortizações normais e prováveis Operações de Créditos para o exercício de 2015 e seguintes.
- 5 - Os valores apontados nos referidos Anexos não definem limites para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- 6 - Os referidos valores estão consolidados, excluindo as duplicidades, como o cálculo do Resultado Primário e Nominal de acordo com portarias da Secretaria do Tesouro Nacional-STN.



Município de Criciúma
Poder Executivo



Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

MUNICIPIO DE CRICIÚMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO I
ANEXO DE METAS FISCAIS
(LRF, Artigo 4º, § 2º, Inciso I)
Exercício de 2015

Valo

res em R\$ 1.000,00

| Discriminação | Lei 2013 | % PIB Municipal | 2013 | % PIB Municipal |
|--------------------------------|----------|-----------------|--------------------|-----------------|
| | Valor | Percentual | Executado Valor | Percentual |
| I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL | 779.247 | 20,59 | 423.953 | 11,20 |
| II. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL | 805.728 | 21,29 | 410.010 | 10,83 |
| III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II) | -26.481 | -0,70 | 13.943 | 0,37 |

O Município obteve resultado primário positivo da ordem de R\$ 13,94 Milhões, atingindo 0,37% do PIB municipal, este resultado veio ao encontro da busca incessante pelo equilíbrio as contas publicas e fazer-se cumprir os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Município de Criciúma
Poder Executivo



Município de Criciúma
Poder Executivo

**Tabela 3 – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS
FIXADAS NOS**

MUNICIPIO DE CRICIÚMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO I
ANEXO DE METAS FISCAIS
(LRF, Artigo 4º, § 2º, Inciso II)
Exercício de 2015

Valores em

R\$ 1.000,00

| VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | |
|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Discriminação | Lei 2012 | Lei 2013 | Proj. Lei | Proj. Lei | Proj. Lei | Proj. Lei |
| | Executado | Executado | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| | Valor | Valor | Valor | Valor | Valor | Valor |
| I RECEITA PRIMÁRIA | 468.465 | 467.409 | 898.963 | 903.724 | 988.916 | 996.980 |
| II DESPESA PRIMÁRIA | 464.849 | 452.036 | 928.200 | 933.000 | 1.003.384 | 1.029.258 |
| III RESULTADO PRIMARIO | 3.616 | 15.373 | -29.237 | -29.276 | -14.468 | -32.278 |
| IV RESULTADO NOMINAL | - | - | - | - | - | - |

Valores em

R\$ 1.000,00

| VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Discriminação | Lei 2012 | Lei 2013 | Proj. Lei | Proj. Lei | Proj. Lei | Proj. Lei |
| | Executado | Executado | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| | Valor | Valor | Valor | Valor | Valor | Valor |
| I RECEITA PRIMÁRIA | 468.465 | 467.409 | 898.963 | 903.724 | 903.724 | 903.724 |
| IV. DESPESA PRIMÁRIA | 464.849 | 452.036 | 928.200 | 933.000 | 933.000 | 933.000 |
| VII RESULTADO PRIMARIO (III-VI) | 3.616 | 15.373 | -29.237 | -29.276 | -29.276 | -29.276 |
| VIII RESULTADO NOMINAL | - | - | - | - | - | - |



Tabela 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**MUNICIPIO DE CRICIÚMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO I
ANEXO DE METAS FISCAIS
(LRF, Artigo 4º, § 2º, Inciso III)
Exercício de 2015**

Valores em R\$ 1.000.000,00

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|--------------------|-------|---------|--------|--------|---------|--------|------|-------|--------|--------|
| CONSOLIDADO | 64,07 | 89,6113 | 111,87 | 131,87 | 164,592 | 133,85 | 136 | 24,29 | 222,95 | 246,53 |

Obs: Houve redução do PL em 2009 e 2010, motivado pelo lançamento do déficit do cálculo atuarial do Instituto Previdenciário Municipal, se recuperando nos anos seguintes.

Tabela 5 – ORIGEM / APLICAÇÃO DOS RECURSOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

**MUNICIPIO DE CRICIÚMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO I
ANEXO DE METAS FISCAIS
(LRF, Artigo 4º, § 2º, Inciso III)
Exercício de 2015**

Valores em R\$ 1,00

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|----------------------------|------------------|------------------|---------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| I. RECEITAS | Realizada | Realizada | Realizada | Realizada | Realizada | Realizada | Realizada |
| Alien. de Ativos e Juros | 0,00 | 0,00 | 2.349.316,87 | 3.710.186,65 | 4.047.706,66 | 1.400.087,45 | 443.974,24 |
| II . DESPESAS | Realizada | Realizada | Realizada | Realizada | Realizada | Realizada | Realizada |
| Despesas de Capital | 0,00 | 699,74 | 105.521,38 | 2.558.264,42 | 5.225.201,06 | 1.161.098,05 | 273.934,77 |
| III. SDO FINANCEIRO | 695,98 | 0,00 | 1.663,648,64 | 1.272,624,19 | 184.603,24 | 423.592,64 | 170.039,47 |



Município de Criciúma
Poder Executivo

Tabela 6 – AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

MUNICIPIO DE CRICIÚMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO I
ANEXO DE METAS FISCAIS
(LRF, Artigo 4º, § 2º, Inciso IV, alínea “a”)
Exercício de 2015

Valores

em R\$ 1,00

| | | | |
|------|---------------|---------------|---------------|
| 2014 | 24.359.860,50 | 11.505.534,40 | 12.854.326,10 |
| 2015 | 26.018.272,66 | 11.887.215,39 | 14.131.057,27 |
| 2016 | 27.909.046,75 | 16.637.812,00 | 11.271.234,75 |
| 2017 | 29.757.026,24 | 19.007.361,57 | 10.749.664,67 |
| 2018 | 31.402.269,66 | 21.614.611,90 | 9.787.657,76 |
| 2019 | 34.138.639,96 | 23.455.019,31 | 10.683.620,65 |
| 2020 | 37.049.994,48 | 25.395.552,96 | 11.654.441,52 |
| 2021 | 40.101.004,61 | 26.938.350,88 | 13.162.653,73 |
| 2022 | 43.977.579,66 | 32.293.480,43 | 11.684.099,23 |
| 2023 | 48.945.088,48 | 35.125.850,42 | 13.819.238,06 |
| 2024 | 50.399.679,11 | 37.786.338,85 | 12.613.340,26 |
| 2025 | 51.792.783,79 | 39.627.188,77 | 12.165.595,02 |
| 2026 | 53.170.088,51 | 41.302.367,46 | 11.867.721,05 |
| 2027 | 54.540.786,07 | 42.703.130,84 | 11.837.655,23 |
| 2028 | 55.921.149,26 | 43.785.511,64 | 12.135.637,62 |
| 2029 | 57.331.069,05 | 45.231.962,43 | 12.099.106,62 |
| 2030 | 58.750.686,65 | 45.753.049,74 | 12.997.636,91 |
| 2031 | 60.236.321,71 | 48.084.149,18 | 12.152.172,53 |
| 2032 | 61.683.554,55 | 49.462.681,09 | 12.220.873,46 |
| 2033 | 63.147.459,24 | 50.199.380,26 | 12.948.078,98 |
| 2034 | 64.667.774,39 | 50.608.590,11 | 14.059.184,28 |
| 2035 | 66.267.766,62 | 50.824.572,13 | 15.443.194,49 |
| 2036 | 67.964.047,21 | 51.332.817,85 | 16.631.229,36 |
| 2037 | 69.745.099,09 | 51.846.146,03 | 17.898.953,06 |
| 2038 | 71.615.949,56 | 52.364.607,49 | 19.251.342,07 |
| 2039 | 73.581.929,14 | 52.888.253,57 | 20.693.675,57 |
| 2040 | 75.648.689,81 | 53.417.136,10 | 22.231.553,71 |
| 2041 | 77.822.224,35 | 53.951.307,46 | 23.870.916,89 |
| 2042 | 80.108.886,87 | 54.490.820,54 | 25.618.066,33 |
| 2043 | 82.515.414,54 | 55.035.728,74 | 27.479.685,80 |
| 2044 | 85.048.950,63 | 55.586.086,03 | 29.462.864,60 |
| 2045 | 87.717.068,97 | 56.141.946,89 | 31.575.122,08 |
| 2046 | 58.464.647,42 | 56.703.366,36 | 1.761.281,06 |
| 2047 | 58.861.452,71 | 57.270.400,02 | 1.591.052,69 |
| 2048 | 59.251.683,39 | 57.843.104,02 | 1.408.579,37 |

Fonte: Atuário do CRICIÚMAPREV



Município de Criciúma
Poder Executivo



Tabela 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

**MUNICIPIO DE CRICIÚMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO I
ANEXO DE METAS FISCAIS
(LRF, Artigo 4º, § 2º, Inciso V)
Exercício de 2015**

Valores em R\$ 1.000,00

| RENUNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | | Embasamento Legal |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------------------|
| Tributos | 2015 | 2016 | 2017 | |
| Taxa Verif. de Post/Normas Urban | 200,00 | 210,00 | 220,00 | Art. 20, da LDO |
| Taxa de Seg. c/ Incêndio | 17,00 | 19,00 | 20,00 | Art. 20, da LDO |
| Taxa de Segur. Ostensiva | 17,00 | 19,00 | 20,00 | Art. 20, da LDO |
| Taxa de Localização | 140,00 | 150,00 | 158,00 | Art. 20, da LDO |
| I.P.T.U. | 2.140,00 | 2.290,00 | 2.404,00 | Art. 20, da LDO |
| I.S.S.Q.N | 300,00 | 320,00 | 336,00 | Art. 20, da LDO |
| OUTRAS | 250,00 | 290,00 | 305,00 | Art. 20, da LDO |
| TOTAL | 3.064,00 | 3.298,00 | 3.463,00 | |



Município de Criciúma
Poder Executivo



**Município de Criciúma
Poder Executivo**

Tabela 8 – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARATER CONTINUADO

**MUNICIPIO DE CRICIÚMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO I
ANEXO DE METAS FISCAIS
(LRF, Artigo 4º, § 2º, Inciso V)
Exercício de 2015**

EXPANSÃO DAS DESPESAS

A expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois anos, dependerá do crescimento real da receita projetada para o período, quando o Município terá como prever o aumento das despesas de caráter continuado e o inciso X do art. 37 da C.F. não se caracteriza como tal.

As despesas obrigatórias, constarão de relatório específico, verificada a viabilidade financeira e o que mais couber, já que atualmente a capacidade de investimento do Município está em percentuais baixos da Receita Administrada Arrecadada, excluindo os recursos vinculados, ficando difícil calcular a margem de expansão de despesas de caráter continuado.

Tabela 9 – DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS

**MUNICIPIO DE CRICIÚMA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO I
ANEXO DE METAS FISCAIS
(LRF, Artigo 4º, § 3º)
Exercício de 2015**

Valores em R\$

1.000,00

| DESPESA | % Sobre R.C.L. (art. 15 desta Lei) | Valor |
|--|---|---------------|
| Previsão para o art. 15, § 1º desta Lei, para Fundos, Fundações e Prefeitura. | 0,10 | 438,69 |
| Previsão para o art. 15, § 1º e § 2º desta Lei, para o CRICIÚMAPREV. | 0,10 | 438,62 |
| Previsão para o art. 15, § 2º desta Lei, para Fundos, Fundações, Hospital SC e Prefeitura. | 0,10 | 438,69 |
| TOTAL GERAL | 0,30 | 1.316 |



Município de Criciúma
Poder Executivo

| | | |
|-----------------------------|--|---------|
| R.C.L. do mês de abril/2014 | | 438.691 |
|-----------------------------|--|---------|



AÇÕES DE NATUREZA TRABALHISTA, TRIBUTÁRIAS, CIVIS E OUTRAS

Após a Emenda Constitucional nº 62/2009, o município vem desembolsando o percentual de 1,88% sobre a RCL, onde consideramos que todo o passivo judicial estão absorvidos por este ato.

Ainda existem ações que tramitam na Justiça, que poderão ser acrescidas de multas e correção monetária, assim como o valor que pode ser alterado na sentença, diferenciando consideravelmente o valor liquidado do valor da causa, gerando uma grande dificuldade do município prever estes valores, porém, o município cumpre com as regras constitucionais.

O município procura efetuar o equilíbrio das contas pública, priorizando o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Município de Criciúma
Poder Executivo



Município de Criciúma
Poder Executivo

ANEXO II
RESUMO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA LDO PARA 2015 /
CONSOLIDAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

| CÓDIGO | PROGRAMA | FONTE DE RECURSOS | VALOR |
|---------------|--|---------------------------------|----------------|
| 1000 | OPERAÇÕES ESPECIAIS | 200 | 33.500.000,00 |
| 1001 | SISTEMATIZAÇÃO FUNCIONAL | 200 | 37.000.000,00 |
| 1002 | SISTEMATIZAÇÃO ECONÔMICA | 200 | 41.100.000,00 |
| 1003 | APOIO AGRICOLA | 200/224 | 4.410.000,00 |
| 1004 | FEIRA DE PRODUTORES | 200 | 1.190.000,00 |
| 1005 | FUNREBOM / TRÂNSITO | 224/254/255 | 6.220.000,00 |
| 1006 | CONCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL | 224 | 670.000,00 |
| 1007 | TRIAGEM E RECICLAGEM DE RESIDUOS SÓLIDOS | 224 | 42.000,00 |
| 1008 | HORTO MUNICIPAL/PARQUE ECOLÓGICO JOSÉ MILANESE | 224 | 200.000,00 |
| 1009 | PARQUE NATURAL MUNICIPAL MORRO DO CÉU | 224 | 610.000,00 |
| 1010 | EDUCAÇÃO AMBIENTAL | 224 | 100.000,00 |
| 1011 | CONSERVAÇÃO DE MATAS, FLORESTAS, ÁREAS | 224 | 60.000,00 |
| 1012 | FUNCIONAL DA FAMCRI | 200 | 2.000.000,00 |
| 1013 | FMMA - Fundo Municipal do Meio Ambiente | 224 | 500.000,00 |
| 1014 | IMPL. DEPÓSITO LIXO/ATERRO, FDO. ESP. PETROLEO E COMP. REC. NAT. -CFEN | 200/244/245 | 1.500.000,00 |
| 1015 | COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESIDUOS SÓLIDOS | 200 | 13.000.000,00 |
| 1016 | RECUPERAÇÃO DE AREAS DEGRADADAS | 200 | 200.000,00 |
| 1017 | CRICIÚMA SÉCULO XXI | 200/224/217/283 | 200.655.000,00 |
| 1018 | EXECUÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA | 200 | 2.000.000,00 |
| 1019 | DEFENSORIA PÚBLICA | 200 | 1.900.000,00 |
| 1020 | PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR | 200 | 3.900.000,00 |
| 1021 | DIRETORIAS | 200 | 2.820.000,00 |
| 1022 | PUBLICIDADE | 200 | 3.670.000,00 |
| 1023 | EDUCAÇÃO CONSCIENTE- ALUNO CIDADÃO | 218/219/258/222/261/201/200 | 204.000.000,00 |
| 1024 | CENTRAL DE ALIMENTOS | 201/218/219/260 | 5.985.000,00 |
| 1025 | EDUCAÇÃO INFANTIL | 219/222/258/259/201 | 31.300.000,00 |
| 1029 | EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA | 219/222 | 1.000.000,00 |
| 1044 | INCLUSÃO DIGITAL-PROIDI | 219/222 | 200.000,00 |
| 1047 | CULTURA PARA TODOS | 200/224 | 5.510.000,00 |
| 1048 | SANEAMENTO MUNICIPAL | 224 | 2.000.000,00 |
| 1049 | CRICIÚMA MAIS ACOLHEDORA E SAUDÁVEL | 202/257/264/267/223/266/265/271 | 230.028.000,00 |
| 1050 | PREVIDÊNCIA MUNICIPAL | 203 | 32.000.000,00 |
| 1051 | FORMAÇÃO DE EQUIPES DE RENDIMENTO | 200 | 1.300.000,00 |
| 1052 | INICIAÇÃO ESPORTIVA | 200 | 240.000,00 |
| 1053 | EVENTOS ESPORTIVOS E RECREATIVOS COMUNITÁRIOS | 200 | 1.400.000,00 |
| 1055 | AÇÕES LEGISLATIVAS | 200 | 21.000.000,00 |
| 1056 | CONSELHO TUTELAR | 200 | 620.000,00 |
| 1057 | FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - FIA. | 200/243 | 420.000,00 |



Município de Criciúma
Poder Executivo

| | | | |
|----------------------------|--|---------------------|-----------------------|
| 1058 | GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 200/252 | 6.100.000,00 |
| 1059 | PROTEÇÃO SOCIAL BASICA | 200/252/253 | 13.000.000,00 |
| 1060 | PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL | 200/252/253 | 4.300.000,00 |
| 1061 | HABITAÇÃO | 200/224 | 4.000.000,00 |
| 1062 | TRÂNSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA | 200/224/243/256/289 | 24.850.000,00 |
| 1063 | FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO - FMGAA | 200/243 | 1.000.000,00 |
| 1064 | PROCESSOS | 200 | 350.000,00 |
| 1065 | PATRIMÔNIO | 200/283 | 1.800.000,00 |
| 1066 | PESSOAS | 200 | 350.000,00 |
| TOTAL DOS PROGRAMAS | | | 950.000.000,00 |